

Aula 00

*TCE-SP (Auditor de Controle Externo)
Passo Estratégico de Contabilidade
Pública*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

13 de Agosto de 2024

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística Vunesp	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	7
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	19
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas Vunesp	20
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	35
7) Noções Gerais - Lista de Questões Vunesp	40
8) Noções Gerais - Gabarito Vunesp	49
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	50



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA – NOÇÕES GERAIS: CONCEITO, OBJETO, CAMPO DE APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, com base em concursos realizados desde 2016 pela banca Vunesp, em ordem decrescente:

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Despesa Pública	40,14
Receita Pública.	21,99
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	10,99
PCASP	8,38
Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	4,72
Balanço Orçamentário	4,18
Balanço Patrimonial	3,49
Balanço Financeiro	3,14
DFC/DMPL/Notas Explicativas	2,09
Demonstração das Variações Patrimoniais	0,87



O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Orçamentário x Patrimonial	55,56
Conceito, objeto e campo de aplicação	40,74
Princípios	3,70



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

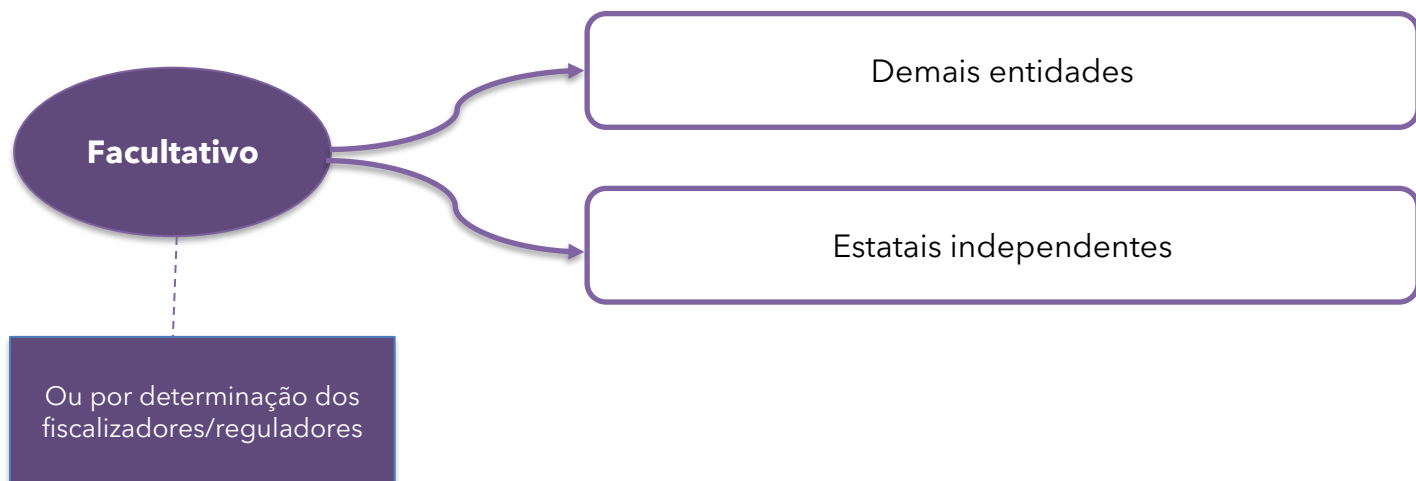
Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.



É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

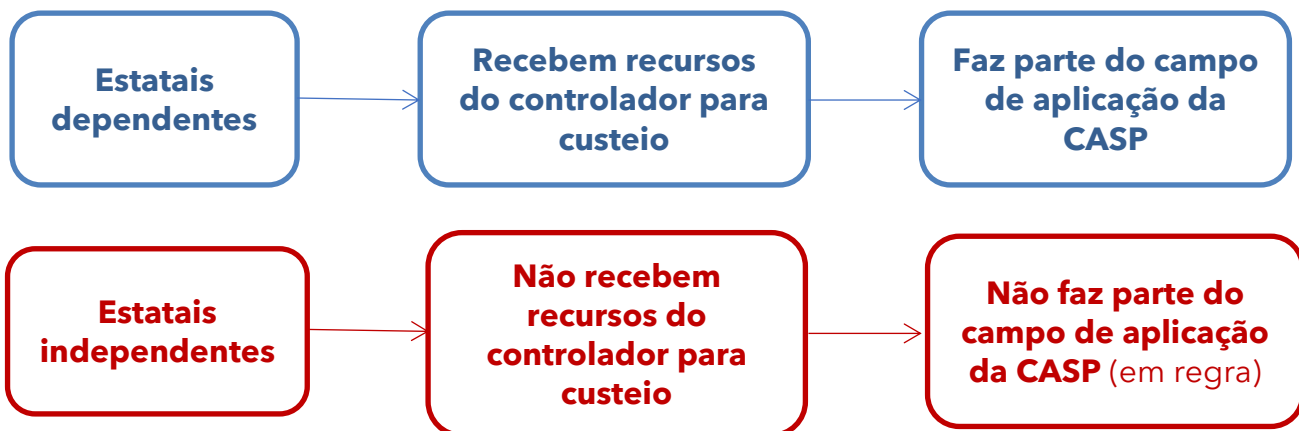
1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), **órgãos**, secretarias, departamentos, **agências**, autarquias, **fundações** (instituídas e mantidas pelo poder público), **fundos**, **consórcios públicos** e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

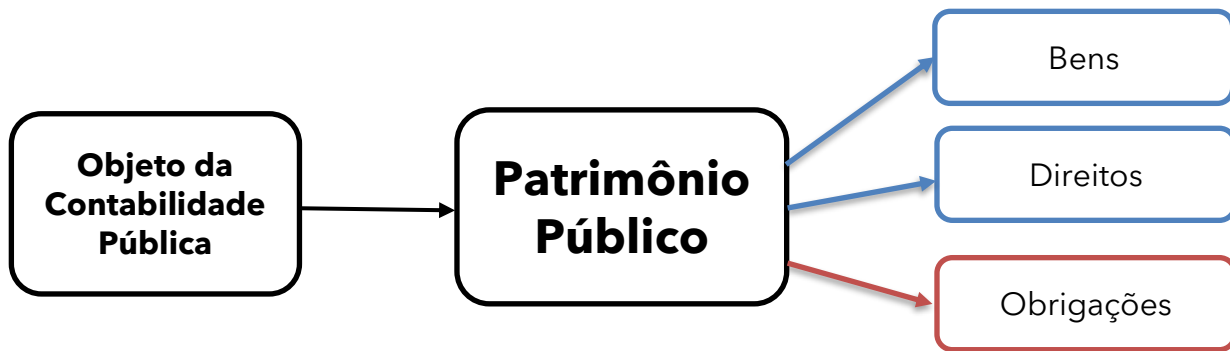
1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



ESQUEMATIZANDO



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

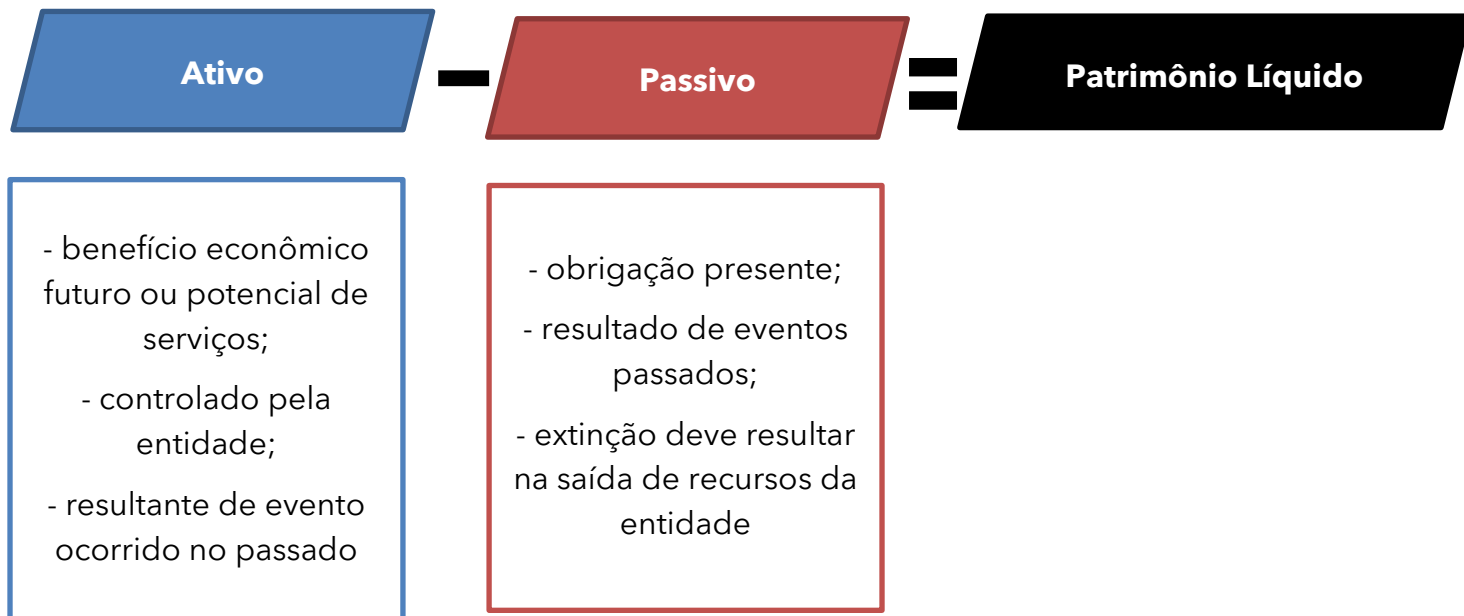
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

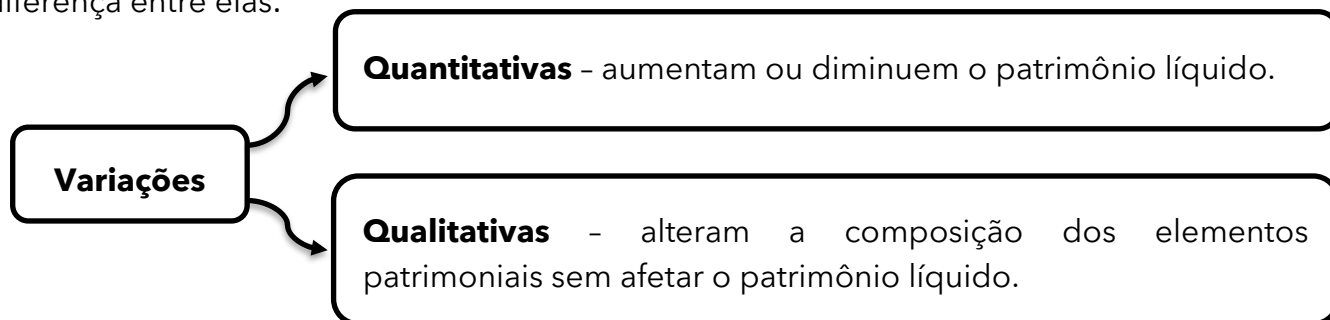
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Conceito, objeto e campo de aplicação

1. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.

Comentários

As características qualitativas da informação contábil são:

Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

Representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.



Tempestividade - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Comparabilidade - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Verificabilidade - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Portanto, temos como gabarito a letra A. Identificando os erros das demais:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e **verdade**.
- c) relevância, compreensibilidade e **custo como base de valor**.
- d) representação fidedigna, **prudência** e **custo como base de valor**.
- e) relevância, representação fidedigna e **custo como base de valor**.

Gabarito: A

2. (Vunesp/2021/Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos/Contador)

Assinale a alternativa correta sobre Contabilidade aplicada ao Setor Público.

- a) A empresa estatal dependente é aquela coligada em conjunto com a União que recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal e custeio em geral.
- b) A informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los. A aplicação da restrição custo-benefício envolve avaliar se os benefícios de divulgar a informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- c) A informação é tempestiva se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.
- d) As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público, tais como governos nacional, estaduais e municipais, fundos, estatais não dependentes e fundações.
- e) Conselhos Profissionais e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público e as empresas estatais dependentes não poderão aplicar as normas estabelecidas no MCASP.

Comentários

A - Errada. Primeiramente que não é uma coligada, mas uma controlada. Além disso, o controle pode ser de qualquer ente federativo, não necessariamente da União. Conceito da LRF:



“Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;”

B - Certa. O enunciado traz a definição do custo-benefício, que é uma das restrições inerentes à informação.

C - Errada. Estaria correta se substituísse “tempestiva” por “material”, pois o item traz a definição da materialidade, que é uma restrição inerente à informação.

D - Errada, pois as estatais não dependentes não têm a obrigação de aplicar as normas do MCASP.

E - Errada. Primeiramente porque estatais dependentes devem aplicar as normas do MCASP. Além disso, os conselhos profissionais podem aplicar facultativamente as regras.

Gabarito: B

3. (Vunesp/2019/Pref. Itapevi/Analista)

Com as recentes transformações da Administração Pública e da própria sociedade civil no Brasil nas últimas décadas, o conceito de uma Contabilidade Pública que registra de forma passiva as informações contábeis tem dado espaço para outras formas de compreensão para essa atividade. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica corretamente a situação à qual os gestores públicos estão cada vez mais sujeitos no contexto da Contabilidade Pública, especialmente quanto aos pagamentos que efetuam.

- a) Aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação dos recursos arrecadados e correção dos serviços públicos.
- b) Exposição aos processos administrativos e penais em função da gestão dos recursos e do aumento do patrimônio público.
- c) Realização de auditorias e controles internos e externos, ou seja, de uma gestão fiscal cada vez mais ética, íntegra e com um impacto social superior.
- d) Processo de prestação de contas e de responsabilização (accountability) da arrecadação e do gasto público.
- e) Avaliação de desempenho de suas funções e também análise da variação de recursos financeiros e patrimônio pessoal.

Comentários

Dentre as alternativas, a que mais se adequa ao contexto atual da contabilidade pública é a prestação de contas (*accountability*). Portanto, a alternativa correta é a letra D.

As demais alternativas estão incorretas por estarem mais ligadas a aspectos da administração pública como um todo, e não da relação com a contabilidade aplicada ao setor público.



Gabarito: D

4. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Do ponto de vista da prestação de contas, é correto afirmar que

- a) governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo.
- b) os contribuintes normalmente não proveem recursos ao governo ou a outra entidade do setor público voluntariamente ou como resultado de transação com contraprestação. Em muitos casos, eles não detêm a prerrogativa de escolher se aceitam ou não os serviços prestados pela entidade do setor público ou de escolher um prestador alternativo do serviço. Assim, a finalidade de prestação de contas não tem relevância neste caso.
- c) a informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais não contribui para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability). Para que possa subsidiar e contribuir para a tomada de decisão devem ser feitos relatórios específicos para a entidade.
- d) relatórios Contábeis de Propósitos Gerais também não permitiriam avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.
- e) por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, não são úteis a tomada de decisão, que, muitas vezes, envolve escolhas que cujos efeitos se darão no futuro.

Comentários

Letra A - Alternativa correta, conforme disposição expressa da NBC TSP Estrutura Conceitual:

2.8 Governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo. O atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (accountability) requer o fornecimento de informações sobre a gestão dos recursos da entidade confiados com a finalidade de prestação de serviços aos cidadãos e aos outros indivíduos, bem como a sua adequação à legislação, regulamentação ou outra norma que disponha sobre a prestação dos serviços e outras operações. Em razão da maneira pela qual os serviços prestados pelas entidades do setor público são financiados (principalmente pela tributação e outras transações sem contraprestação) e da dependência dos usuários dos serviços no longo prazo, o atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (accountability) requer também o fornecimento de informação sobre o desempenho da prestação dos serviços durante o exercício e a capacidade de continuidade dos mesmos em exercícios futuros.



Letra B - Errada. A prestação de contas passa a ser ainda mais importante por conta da falta de prerrogativa de escolha dos serviços prestados e de os recursos serem provenientes principalmente de transações sem contraprestação.

Letra C - Errada. As informações produzidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral contribuem tanto para a prestação de contas como para a responsabilização.

Letra D - Errada. Trata-se de um tipo de informação que deve ser suportada pelos RCPG, conforme texto da NBC TSP Estrutura Conceitual:

2.11 Para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão, os usuários de serviço e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações de questões como:

(d) a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.

Letra E - Errada. A NBC TSP Estrutura Conceitual afirma o contrário, ou seja, que essas informações são úteis para a tomada de decisões.

2.10 A informação fornecida nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) subsidia e contribui para a tomada de decisão. Por exemplo, **as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado**, o montante e as fontes de recuperação de custos e os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras, são necessárias para o atendimento da prestação de contas e responsabilização (accountability). **Essa informação também é útil para a tomada de decisão pelos usuários dos RCPGs, inclusive as decisões que os doadores e outros patrocinadores tomam sobre o provimento de recursos à entidade.**

Gabarito: A

5. (Vunesp/2017/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e



Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.

Comentários

A questão trata da característica qualitativa da verificabilidade e, portanto, temos a alternativa C como gabarito. Vamos aproveitar para ver a previsão textual da NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.26 A **verificabilidade** é a qualidade da informação que ajuda a **assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar**. A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrever esta qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs. Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, a **característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa**, em que:

- (a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou
- (b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

Relembrando os conceitos das características apresentadas nas demais alternativas:

Letra A - Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

Letra B - Materialidade - não é uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação. A informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Letra D - Compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Letra E - Representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Gabarito: C



6. (Vunesp/2014/PRODEST/Analista - Ciências Contábeis)

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações,

- a) os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- b) os Princípios da Administração e Gestão Pública e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- c) os princípios gerais de contabilidade e de administração e gestão pública sobre o patrimônio líquido de entidades públicas.
- d) os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.
- e) sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

Comentários

Conforme vimos no nosso roteiro de revisão, contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica no processo gerador de informações os princípios de contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público. Portanto a alternativa A é a resposta da questão. Destacamos que este conceito está na NBC T 16.1, a qual está revogada, todavia, como o conceito ainda é aceito na doutrina, mantemos ele como válido.

Gabarito: A

7. (Vunesp/2016/CM Pirassununga/Analista Financeiro)

Assinale a afirmação correta em relação às normas, aos objetivos e às práticas da contabilidade pública.

- a) A contabilidade pública é aplicada às entidades sob normas de direito público com a finalidade exclusiva de mensurar as variações patrimoniais.
- b) Cabe à contabilidade pública fornecer os meios objetivos para que os desvios no uso de recursos públicos sejam coibidos e punidos, quando de sua ocorrência.
- c) A edição da Lei Federal nº 4.320, de 1964, visou a padronização do registro dos bens públicos.
- d) Deve a contabilidade pública, dentre outros objetivos, oferecer instrumentos que possibilitem a permanente mensuração patrimonial.



e) Os registros contábeis, em conformidade com o determinado na Lei Federal nº 4.320, de 1964, se submetem aos princípios contábeis geralmente aceitos, em particular os princípios que os distinguem da atividade empresarial.

Comentários

Letra A - Errada. As finalidades são muito mais amplas, envolvendo também a prestação de contas e os processos decisórios.

Letra B - Errada. A contabilidade pública não está associada a meios para coibir abusos ou estabelecer punições.

Letra C - Errada. A Lei nº 4.320/64 não padronizou o registro dos bens, mas instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes públicos.

Letra D - Certa. O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, e um dentre os seus objetivos está a mensuração permanente deste patrimônio.

Letra E - Errada. Realmente os registros contábeis da contabilidade aplicada ao setor público submetem-se aos princípios contábeis geralmente aceitos. Todavia, não há essa ênfase na distinção entre os princípios da atividade empresarial e os princípios da contabilidade pública, apenas uma adequação para as necessidades e particularidades de cada caso.

Gabarito: D

8. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

- a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.
- b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.
- c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.
- d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.
- e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.

Comentários

A alternativa correta é a letra C, pois todos os usuários citados no enunciado possuem algum tipo de interesse nas informações contábeis. O governo e os gestores como responsáveis pela aplicação dos recursos, os acionistas como detentores do capital e a comunidade como usuária dos serviços e contribuinte.

Erros das demais:



Letra A - a comunidade está entre os principais interessados, pois é tanto usuária dos serviços como a principal contribuinte de suas receitas por meio de impostos ou contraprestação pelos serviços.

Letras B e D - erram ao delimitar os interessados.

Letra E - é plenamente possível que as entidades de classe da comunidade participem de decisões relacionadas a empresas estatais prestadoras de serviços públicos, por exemplo.

Gabarito: C

9. (Vunesp/2018/Câmara Municipal de Itaquaquecetuba/Controlador Interno)

A diferença entre os ativos e os passivos, após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, é considerada, conforme norma contábil vigente, como

- a) situação patrimonial líquida.
- b) fluxo de caixa operacional.
- c) capital circulante líquido.
- d) variação das mutações matrimoniais.
- e) superavit, exclusivamente.

Comentários

Veremos esse tema mais a frente em nosso curso, quando estudarmos os procedimentos contábeis patrimoniais, mas já adianto para vocês a equação contábil básica:

Situação Patrimonial Líquida = Ativos - Passivos

Gabarito: A

Orçamentário X Patrimonial

10.(Vunesp/2021/Coden/Contador)

A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o qual estabelece que pertence(m) ao regime financeiro

- a) o acompanhamento da execução orçamentária e o conhecimento da composição patrimonial.
- b) a evidenciação dos fatos ligados à administração orçamentária e financeira.
- c) a evidenciação dos fatos ligados à administração patrimonial e industrial.
- d) as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- e) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.



Comentários

Questão literal da Lei nº 4.320/64:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.”

Gabarito: D

11.(Vunesp/2019/Câmara Municipal de Tatuí/Contador)

Na contabilidade pública, o regime orçamentário reconhece a despesa no exercício financeiro da emissão do empenho, e a receita orçamentária

- a) no lançamento do crédito suplementar.
- b) na oportunidade da previsão constante no projeto de Lei.
- c) no momento da redução da dotação orçamentária.
- d) no instante do recolhimento dos valores à conta específica.
- e) no momento da arrecadação dos recursos devidos ao Tesouro.

Comentários

O regime orçamentário segue a regra do artigo 35 da Lei nº 4.320/64, portanto, a receita orçamentária é reconhecida no momento da arrecadação, sendo a alternativa E o gabarito da questão.

Gabarito: E

12.(Vunesp/2019/Transerp/Contador)

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro

- a) as receitas nele empenhadas e as despesas pagas.
- b) as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- c) as receitas nele recolhidas e as despesas efetivamente pagas.
- d) as receitas nele recolhidas e as despesas liquidadas.
- e) as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente pagas.

Comentários

Perceba como esse tópico é recorrente. Novamente:

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.”



Gabarito: B

13.(Vunesp/2021/Prefeitura de Guarujá/Procurador Jurídico)

Estabelece o art. 35, da Lei nº 4.320/64, que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadas e as despesa nele empenhadas. Referida lei adota, portanto, o denominado regime

- a) misto.
- b) de competência.
- c) de caixa.
- d) compensatório.
- e) sistemático

Comentários

De acordo com a regra do art. 35 da Lei nº 4.320/64, as receitas são reconhecidas pelo regime de caixa (arrecadação) e as despesas pelo regime de competência (empenho), portanto, entende-se que o regime é misto.

Gabarito: A

14.(Vunesp/2021/Prefeitura de Ribeirão Preto/Contador)

Por ocasião da preparação das conciliações contábeis, o contador da entidade pública identificou que a contabilização de uma determinada despesa, incorrida em junho de 2021, foi registrada no resultado somente na ocasião do pagamento em julho de 2021. Isso posto, o contador concluiu, corretamente, que essa despesa

- a) respeitou adequadamente o princípio de caixa.
- b) foi contabilizada pela convenção do desembolso de caixa.
- c) está contabilizada no seu período certo, uma vez que foi contabilizada pelo pagamento.
- d) foi contabilizada conforme o princípio da competência.
- e) está em desacordo com o regime de competência.

Comentários

O regime de competência reconhece a despesa no momento que ela é incorrida. O regime de caixa reconhece a despesa no momento que ela é paga. No setor público, assim como nas entidades em geral, a contabilização deve ser realizada pelo regime de competência.

Como a contabilização não ocorreu no momento que a despesa foi incorrida, mas sim no momento que foi paga, ela ocorreu em desacordo com o regime de competência, sendo a alternativa E o gabarito da questão.

Gabarito: E



15.(Vunesp/2020/Prefeitura de São Roque/Advogado)

É correto afirmar, quanto ao exercício financeiro, com base na Lei nº 4.320/1964, que

a) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele lançadas e as despesas nele legalmente pagas.

b) o exercício financeiro será fixado em lei local, podendo coincidir com o ano civil.

c) os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem recolhidos, ainda que tenham sido arrecadados em exercício distinto.

d) se consideram Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas, até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das ultraprocessadas.

e) os Restos a Pagar com prescrição interrompida poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Comentários

A questão trata de diversas orientações da Lei nº 4.320/64, vejamos:

A - Errada. As receitas são reconhecidas no momento da arrecadação e as despesas no empenho.

“Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.”

B - Errada. A Lei determina que o exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

“Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.”

C - Errada. Os créditos serão escriturados como receitas no exercício em que forem arrecadados.

“Art. 39. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.”

D - Errada. Os restos a pagar são distinguidos entre processados e não processados.

“Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.”

E - Certa.

*“Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, **bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida** e*



*os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente **poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.***

Gabarito: E

16.(Vunesp/2019/MPE SP/Contador)

Considere o lançamento de um direito a receber de IPTU, com a definição do nome do devedor e do valor da dívida, conforme a lei. Esse lançamento

- a) seria uma despesa orçamentária e uma receita patrimonial.
- b) seria uma receita orçamentária e uma despesa patrimonial.
- c) orçamentariamente, não seria receita, mas o seria no sistema patrimonial.
- d) patrimonialmente, não seria contabilizado, mas seria receita no sistema orçamentário.
- e) seria contabilizado no ativo do balanço orçamentário como "Direitos a Receber - Tributos a Arrecadar".

Comentários

No momento do lançamento do IPTU, reconhece-se a Variação Patrimonial Aumentativa, referente ao direito a receber os valores. Contudo, a Receita Orçamentária somente será reconhecida no momento da arrecadação. Portanto, a alternativa correta é a letra C, pois o lançamento do IPTU não é uma receita no sistema orçamentário, mas é no patrimonial.

Gabarito: C

17.(Vunesp/2019/Prefeitura de Campinas/Auditor de Controle Interno)

Do ponto de vista da contabilidade pública, de acordo com as Novas Normas da Contabilidade Pública, reconhece-se a existência de uma diferença no tratamento de receitas e despesas dos pontos de vista orçamentário e patrimonial. Nesse sentido, o lançamento de uma receita de IPTU por determinada prefeitura seria, na data:

- a) uma receita no Sistema Orçamentário e um recebimento no sistema de Fluxo de Caixa.
- b) uma receita no Sistema Patrimonial e não seria receita no Sistema Orçamentário.
- c) reconhecida como receita tanto no Sistema Patrimonial quanto no Sistema Financeiro.
- d) uma despesa no Sistema Orçamentário e um pagamento no Sistema Financeiro.
- e) um recebimento no Sistema de Caixa e não seria receita no Sistema Patrimonial.

Comentários

Questão na mesma linha da anterior. No momento do lançamento, é reconhecida uma receita no Sistema Patrimonial, mas não no Sistema Orçamentário, no qual a receita é reconhecida somente no momento da arrecadação, sendo, portanto, a letra B o gabarito da questão.

Gabarito: B



18. (Vunesp/2018/Câmara Municipal de 2 Córregos/Diretor Contábil)

Considere as seguintes informações para responder à questão.

Em 1º de janeiro de 2016, a repartição competente de uma entidade pública municipal verificou a procedência do crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e a pessoa devedora e inscreveu o débito desta. O devedor, em 22 de janeiro de 2016, efetuou o pagamento do valor devido em uma instituição financeira autorizada e, em 26 de janeiro de 2016, o valor pago pelo devedor foi transferido à conta do Tesouro Municipal.

De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/64, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 1º de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- b) 1º de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- c) 22 de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- d) 22 de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- e) 22 de janeiro de 2016 e 26 de janeiro de 2016.

Comentários

Organizando as etapas da receita conforme o enunciado:

01/01/2016 - Lançamento

22/01/2016 - Arrecadação

26/01/2016 - Recolhimento

A receita é reconhecida, no sistema orçamentário, na arrecadação, ou seja, 22/01/2016, e no sistema patrimonial, no lançamento, 01/01/2016, portanto, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

Princípios

19. (Vunesp/2015/Pref São Paulo/Auditor de Controle Interno)

O _____ é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar _____, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a) princípio da oportunidade ... o patrimônio da entidade pública
- b) balanço patrimonial ... o resultado operacional da entidade pública



- c) fluxo financeiro ... a representatividade das origens e aplicações de recursos
- d) postulado da entidade ... a continuidade das operações de uma entidade pública
- e) princípio da equidade ... o objetivo social do patrimônio público

Comentários

A questão trata do princípio da oportunidade. Lembrando o seu conceito:

Oportunidade - base para a integridade e a fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil. A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.

Observe que a questão é anterior à revogação da Resolução CFC nº 1.111/2007.

Gabarito: A

20. (Vunesp/2015/TJ SP/Contador Judiciário)

O Princípio de Contabilidade sob a perspectiva do setor público que se refere, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, independentemente das causas que as originaram, é o da

- a) Continuidade.
- b) Entidade.
- c) Oportunidade.
- d) Prudência.
- e) Competência.

Comentários

Mais uma questão que trata do princípio da oportunidade, o qual enfatiza que as informações devem ser íntegras e tempestivas. Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Como a norma que estabelece os princípios está revogada, acredito que, dentre os demais princípios apresentados, o único que possui maior relevância para a sua prova é o da competência, pois você verá quando estudarmos o Balanço Patrimonial e os lançamentos patrimoniais que o reconhecimento deve ser feito no momento da ocorrência do fato gerador e não no momento da entrada ou saída de caixa.

Gabarito: C



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Conceito, objeto e campo de aplicação

1. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.

2. (Vunesp/2021/Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos/Contador)

Assinale a alternativa correta sobre Contabilidade aplicada ao Setor Público.

- a) A empresa estatal dependente é aquela coligada em conjunto com a União que recebe recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal e custeio em geral.
- b) A informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los. A aplicação da restrição custo-benefício envolve avaliar se os benefícios de divulgar a informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- c) A informação é tempestiva se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.
- d) As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público, tais como governos nacional, estaduais e municipais, fundos, estatais não dependentes e fundações.
- e) Conselhos Profissionais e as demais entidades não compreendidas no conceito de entidades do setor público e as empresas estatais dependentes não poderão aplicar as normas estabelecidas no MCASP.



3. (Vunesp/2019/Pref. Itapevi/Analista)

Com as recentes transformações da Administração Pública e da própria sociedade civil no Brasil nas últimas décadas, o conceito de uma Contabilidade Pública que registra de forma passiva as informações contábeis tem dado espaço para outras formas de compreensão para essa atividade. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica corretamente a situação à qual os gestores públicos estão cada vez mais sujeitos no contexto da Contabilidade Pública, especialmente quanto aos pagamentos que efetuam.

- a) Aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação dos recursos arrecadados e correção dos serviços públicos.
- b) Exposição aos processos administrativos e penais em função da gestão dos recursos e do aumento do patrimônio público.
- c) Realização de auditorias e controles internos e externos, ou seja, de uma gestão fiscal cada vez mais ética, íntegra e com um impacto social superior.
- d) Processo de prestação de contas e de responsabilização (accountability) da arrecadação e do gasto público.
- e) Avaliação de desempenho de suas funções e também análise da variação de recursos financeiros e patrimônio pessoal.

4. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Do ponto de vista da prestação de contas, é correto afirmar que

- a) governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo.
- b) os contribuintes normalmente não proveem recursos ao governo ou a outra entidade do setor público voluntariamente ou como resultado de transação com contraprestação. Em muitos casos, eles não detêm a prerrogativa de escolher se aceitam ou não os serviços prestados pela entidade do setor público ou de escolher um prestador alternativo do serviço. Assim, a finalidade de prestação de contas não tem relevância neste caso.
- c) a informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais não contribui para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability). Para que possa subsidiar e contribuir para a tomada de decisão devem ser feitos relatórios específicos para a entidade.
- d) relatórios Contábeis de Propósitos Gerais também não permitiriam avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.



e) por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, não são úteis a tomada de decisão, que, muitas vezes, envolve escolhas que cujos efeitos se darão no futuro.

5. (Vunesp/2017/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.

6. (Vunesp/2014/PRODEST/Analista - Ciências Contábeis)

Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações,

- a) os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- b) os Princípios da Administração e Gestão Pública e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.
- c) os princípios gerais de contabilidade e de administração e gestão pública sobre o patrimônio líquido de entidades públicas.
- d) os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.



e) sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.

7. (Vunesp/2016/CM Pirassununga/Analista Financeiro)

Assinale a afirmação correta em relação às normas, aos objetivos e às práticas da contabilidade pública.

a) A contabilidade pública é aplicada às entidades sob normas de direito público com a finalidade exclusiva de mensurar as variações patrimoniais.

b) Cabe à contabilidade pública fornecer os meios objetivos para que os desvios no uso de recursos públicos sejam coibidos e punidos, quando de sua ocorrência.

c) A edição da Lei Federal nº 4.320, de 1964, visou a padronização do registro dos bens públicos.

d) Deve a contabilidade pública, dentre outros objetivos, oferecer instrumentos que possibilitem a permanente mensuração patrimonial.

e) Os registros contábeis, em conformidade com o determinado na Lei Federal nº 4.320, de 1964, se submetem aos princípios contábeis geralmente aceitos, em particular os princípios que os distinguem da atividade empresarial.

8. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.

b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.

c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.

d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.

e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.



9. (Vunesp/2018/Câmara Municipal de Itaquaquecetuba/Controlador Interno)

A diferença entre os ativos e os passivos, após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, é considerada, conforme norma contábil vigente, como

- a) situação patrimonial líquida.
- b) fluxo de caixa operacional.
- c) capital circulante líquido.
- d) variação das mutações patrimoniais.
- e) superavit, exclusivamente.

Orçamentário X Patrimonial

10.(Vunesp/2021/Coden/Contador)

A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária, de forma que atenda a todas as demandas de informações da execução orçamentária, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/1964, o qual estabelece que pertence(m) ao regime financeiro

- a) o acompanhamento da execução orçamentária e o conhecimento da composição patrimonial.
- b) a evidenciação dos fatos ligados à administração orçamentária e financeira.
- c) a evidenciação dos fatos ligados à administração patrimonial e industrial.
- d) as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- e) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

11.(Vunesp/2019/Câmara Municipal de Tatuí/Contador)

Na contabilidade pública, o regime orçamentário reconhece a despesa no exercício financeiro da emissão do empenho, e a receita orçamentária

- a) no lançamento do crédito suplementar.
- b) na oportunidade da previsão constante no projeto de Lei.
- c) no momento da redução da dotação orçamentária.
- d) no instante do recolhimento dos valores à conta específica.
- e) no momento da arrecadação dos recursos devidos ao Tesouro.



12.(Vunesp/2019/Transerp/Contador)

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro

- a) as receitas nele empenhadas e as despesas pagas.
- b) as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- c) as receitas nele recolhidas e as despesas efetivamente pagas.
- d) as receitas nele recolhidas e as despesas liquidadas.
- e) as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente pagas.

13.(Vunesp/2021/Prefeitura de Guarujá/Procurador Jurídico)

Estabelece o art. 35, da Lei nº 4.320/64, que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadas e as despesa nele empenhadas. Referida lei adota, portanto, o denominado regime

- a) misto.
- b) de competência.
- c) de caixa.
- d) compensatório.
- e) sistemático

14.(Vunesp/2021/Prefeitura de Ribeirão Preto/Contador)

Por ocasião da preparação das conciliações contábeis, o contador da entidade pública identificou que a contabilização de uma determinada despesa, incorrida em junho de 2021, foi registrada no resultado somente na ocasião do pagamento em julho de 2021. Isso posto, o contador concluiu, corretamente, que essa despesa

- a) respeitou adequadamente o princípio de caixa.
- b) foi contabilizada pela convenção do desembolso de caixa.
- c) está contabilizada no seu período certo, uma vez que foi contabilizada pelo pagamento.
- d) foi contabilizada conforme o princípio da competência.
- e) está em desacordo com o regime de competência.



15.(Vunesp/2020/Prefeitura de São Roque/Advogado)

É correto afirmar, quanto ao exercício financeiro, com base na Lei nº 4.320/1964, que

- a) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele lançadas e as despesas nele legalmente pagas.
- b) o exercício financeiro será fixado em lei local, podendo coincidir com o ano civil.
- c) os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem recolhidos, ainda que tenham sido arrecadados em exercício distinto.
- d) se consideram Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas, até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das ultraprocessadas.
- e) os Restos a Pagar com prescrição interrompida poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

16.(Vunesp/2019/MPE SP/Contador)

Considere o lançamento de um direito a receber de IPTU, com a definição do nome do devedor e do valor da dívida, conforme a lei. Esse lançamento

- a) seria uma despesa orçamentária e uma receita patrimonial.
- b) seria uma receita orçamentária e uma despesa patrimonial.
- c) orçamentariamente, não seria receita, mas o seria no sistema patrimonial.
- d) patrimonialmente, não seria contabilizado, mas seria receita no sistema orçamentário.
- e) seria contabilizado no ativo do balanço orçamentário como "Direitos a Receber - Tributos a Arrecadar".

17.(Vunesp/2019/Prefeitura de Campinas/Auditor de Controle Interno)

Do ponto de vista da contabilidade pública, de acordo com as Novas Normas da Contabilidade Pública, reconhece-se a existência de uma diferença no tratamento de receitas e despesas dos pontos de vista orçamentário e patrimonial. Nesse sentido, o lançamento de uma receita de IPTU por determinada prefeitura seria, na data:

- a) uma receita no Sistema Orçamentário e um recebimento no sistema de Fluxo de Caixa.
- b) uma receita no Sistema Patrimonial e não seria receita no Sistema Orçamentário.
- c) reconhecida como receita tanto no Sistema Patrimonial quanto no Sistema Financeiro.
- d) uma despesa no Sistema Orçamentário e um pagamento no Sistema Financeiro.



e) um recebimento no Sistema de Caixa e não seria receita no Sistema Patrimonial.

18. (Vunesp/2018/Câmara Municipal de 2 Córregos/Diretor Contábil)

Considere as seguintes informações para responder à questão.

Em 1º de janeiro de 2016, a repartição competente de uma entidade pública municipal verificou a procedência do crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e a pessoa devedora e inscreveu o débito desta. O devedor, em 22 de janeiro de 2016, efetuou o pagamento do valor devido em uma instituição financeira autorizada e, em 26 de janeiro de 2016, o valor pago pelo devedor foi transferido à conta do Tesouro Municipal.

De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/64, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 1º de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- b) 1º de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- c) 22 de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- d) 22 de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- e) 22 de janeiro de 2016 e 26 de janeiro de 2016.

Princípios

19. (Vunesp/2015/Pref São Paulo/Auditor de Controle Interno)

O _____ é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da informação contábil, dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar _____, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a) princípio da oportunidade ... o patrimônio da entidade pública
- b) balanço patrimonial ... o resultado operacional da entidade pública
- c) fluxo financeiro ... a representatividade das origens e aplicações de recursos
- d) postulado da entidade ... a continuidade das operações de uma entidade pública
- e) princípio da equidade ... o objetivo social do patrimônio público



20.(Vunesp/2015/TJ SP/Contador Judiciário)

O Princípio de Contabilidade sob a perspectiva do setor público que se refere, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, independentemente das causas que as originaram, é o da

- a) Continuidade.
- b) Entidade.
- c) Oportunidade.
- d) Prudência.
- e) Competência.



GABARITO



- | | |
|------|------|
| 1. A | 11.E |
| 2. B | 12.B |
| 3. D | 13.A |
| 4. A | 14.E |
| 5. C | 15.E |
| 6. A | 16.C |
| 7. D | 17.B |
| 8. C | 18.C |
| 9. A | 19.A |
| 10.D | 20.C |



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.